INCONSTITUCIONALIDADE DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Lucas Ferreira Furlan

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Curso de Direito, Presidente Prudente – SP. E-mail: lucasfurlan94@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo fará uma análise a respeito da Inconstitucionalidade da Redução da Maioridade Penal no Brasil, falaremos primeiro a respeito da atual punição destinada aos menores infratores, logo depois faremos um panorama geral sobre a maioridade penal no mundo, trataremos da constitucionalidade ou inconstitucionalidade do tema defendendo este ultimo posicionamento, em seguida apresentaremos a solução que nos parece mais adequada para a criminalidade infantil e ao final manifestaremos as nossas conclusões a respeito do tema.

Palavras-chave: Infrator, Redução, Menor, Inconstitucionalidade e Punição

UNCONSTITUTIONALITY REDUCTION OF AGE CRIMINAL

ABSTRACT

This paper makes an analysis about the unconstitutionality of Criminal Majority Reduction in Brazil, will speak first about the actual punishment intended for offenders soon after we do an overview of the legal age in the world, we address the constitutionality or unconstitutionality of the theme advocating the latter position, for we present the solution that seems most appropriate for the child crime and finally present our conclusions.

Keywords: Offender, Reduction, Minor, Unconstitutional and Punishment

INTRODUÇÃO

Nunca se debateu tanto a redução da maioridade penal no Brasil como nos dias atuais, a grande influência dos grupos conservadores da sociedade, a imprensa sensacionalista que explora a exaustão as notícias de crimes brutais cometidos por menores de dezoito anos, ou o discurso fácil de alguns parlamentares sem escrúpulos, que preferem enfrentar o problema da forma mais fácil e ineficaz, fazem com que grande parte de nossa população enxergue na redução da maioridade penal a grande solução para o problema da criminalidade; mas está será mesmo a solução?

Reduzir maioridade penal de 18 para 16 anos teria grande impacto na criminalidade do nosso país? E isso é possível? A constituição permitiria tal ato?

Nesse artigo tentaremos responder estas e outras perguntas sobre o tema.

A PUNIÇÃO ATUAL DESTINADA AOS MENORES.

Nos últimos anos tem se propagado pelas massas da sociedade a sensação de que os menores infratores não são punidos de forma alguma ou quando são a forma é ineficiente, entretanto isso está longe de ser uma verdade, a seguir veremos o porquê desta afirmação.

A Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) determina em seu artigo 112 que verificada a prática de ato infracional a autoridade competente poderá aplicar ao menor as inúmeras medidas previstas nos incisos de I a VII do referido artigo, falaremos sobre elas no momento oportuno, visto que antes de qualquer coisa se faz necessário conceituarmos o “ato infracional”, o que não será nem de longe trabalhoso visto que a própria Lei faz isto em seu art. 104, dizendo que se considero este toda aquela conduta descrita como crime ou contravenção penal; repare que o menor será punido por todos os atos que se cometidos por um adulto configurariam uma conduta típica, a grande e justa diferença está na forma dessa punição que poderá ser por advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço a comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade, internação em estabelecimento educacional e outras tantas, essa descritas acima estão previstas no art. 112, mas ainda existem outras previstas no art. 101 do referido estatuto.

Dentre as inúmeras medidas de socioeducativas a mais conhecida é a de internação, esta medida deveser cumprida em estabelecimento exclusivo para adolescentes e ainda seguindo rigorosos critérios de separação por idade, infração e etc.

No estabelecimento onde será cumprida a internação deverão acontecer atividades pedagógicas que visem à reeducação do menor infrator, geralmente é neste ponto que se

encontra a grande falha do sistema, muitas vezes ocasionada pela superlotação dos estabelecimentos, má qualificação de funcionários ou até mesmo a falta destes.

A medida de internação não pode ultrapassar o período de três anos, porém, decorrido este tempo poderá ser determinado que o menor fique mais três anos em regime de semi-liberdade, onde novamente o infrator será alvo de trabalhos de qualificação profissional, escolarização e etc., passado o período de semi-liberdade se concluído que o menor ainda não se encontra apto a ser completamente liberado, poderá ainda ser determinado que o menor fique até mais três anos em período de liberdade assistida, totalizando assim nove anos de acompanhamento feitos pelo Estado.

Dito isto não a mais que se dizer que o menor infrator não sofre sanção alguma por parte do Estado as sanções existem, mas na maioria dos casos são ineficazes já que não são feitas por completo, não basta simplesmente internar o menor se faz necessário também um grande trabalho de reeducação, nas três etapas de cumprimento vistas acima, e é justamente este ponto que precisa com urgência ser aprimorado com a adoção de novas medidas sócio-educativas, acesso a uma educação de qualidade e acima de tudo capacitação profissional no período de acompanhamento. Para que de fato aconteça uma efetiva ressocialização de menor infrator, a redução da maioridade penal não é a solução é puro e simplesmente o caminho mais fácil.

A MAIORIDADE PENAL PELO MUNDO.

É muito comum ouvir dos defensores da redução da maioridade penal o argumento de que em outros países ela ocorre de forma mais precoce que no Brasil, vamos analisar mais afundo:

Na maioria dos países que possuem a imputabilidade penal com idade inferior ao nosso ocorre o seguinte, muitas vezes o país é governado por um sistema ditatorial onde a grande preocupação dos governantes é se manter no poder e não o bem estar da população, como é o caso do Irã país da Ásia Ocidental regido por uma “Republica Islâmica” onde a maioridade penal ocorre aos 9 anos, ou o outro extremo o país possui solido sistema democrático e a população vive a plenitude de um verdadeiro “Estado de Bem Estar Social” nesse caso podemos citar o exemplo de alguns países europeus como é o caso da Suíça onde a mesma ocorre a partir dos 15 anos.

Porém nos últimos anos tem se notado uma grande mobilização mundial para que a detenção de jovens só ocorra em casos de extrema gravidade é o mais tardio possível, isso ficou claramente evidenciado com a realização da pesquisa "Crime Trends" feita recentemente pela Organização das Nações Unidas em 57 países constatando que em apenas 17% desses a maioridade penal ocorre antes dos 18 anos. Outros fatos interessantes merecem ser destacados:

A Alemanha após reduzir a maioria penal não satisfeita com os resultados retornou ao patamar antigo de 18 anos e ainda criou um sistema diferenciado de cumprimento de pena para aqueles que possuem entre 18 e 21 anos; o Japão ao perceber um surto de criminalidade infantil aumentou a maioria para 20 anos e investiu de forma maciça em políticas pedagógicas por entender que a solução para o problema só se daria pela educação.

Citamos os exemplos de Japão e Alemanha já que se tratam de duas grades e admiráveis nações que precisaram ressurgir das cinzas diversas vezes em sua história, e com isso em nossa opinião merecem ser fonte de inspiração para os demais países.

Tendo sido feitas estas explanações sobre o tema, passaremos no próximo subtítulo a tratar de fato da inconstitucionalidade da redução da maioria penal.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL.

No período que vai de 1999 a 2013, cerca de dez Propostas de Emenda à Constituição (PEC) tramitaram no Congresso Nacional, todas tendo como objetivo a redução da maioria penal, sendo que destas, duas ainda estão em andamento.

A PEC 33/2012 mantém o limite atual de 18 anos, mas permite que o Ministério Público faça o pedido de desconsideração da maioria penal nos crimes cometidos por menores entre 16 e 18 anos, somente nos casos de crimes de maior gravidade como aqueles previstos na Lei 8.072/1990, dos quais podemos destacar tortura, tráfico de drogas, terrorismo etc. Ainda de acordo com a PEC o julgamento de causas relativas à infância e juventude se darão por um órgão do Poder Judiciário Especializado.

Ainda temos a PEC 21/2013 que estabelece uma nova redação ao art. 228 da Constituição da República, que passará a dizer o seguinte: “Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de quinze anos, sujeitos às normas da legislação especial”.

A justificativa da proposta vem da análise histórica de diversos outros diplomas legais que já regulamentaram a matéria em nosso país, do grande apelo popular que clama por justiça e conseqüentemente pela redução da maioria penal, e por uma suposta integração da norma ao ordenamento que já prevê que o jovem de 16 anos possa votar e o de 14 trabalhar.

A Carta da República de 1988 estabelece em seu artigo 228, que os menores de 18 (dezoito) anos são tidos como inimputáveis, e portando deverão ser julgados pela legislação especial, isto significa que para ocorrer uma mudança nesta norma seria necessário se emendar a constituição através do poder constituinte derivado reformador, seguindo as regras do art. 60 e incisos.

Ao se fazer uma análise a priori podemos até pensar que o art. 60 solucionaria o caso permitindo então a emenda a constituição e a alteração na redação do art. 228, porém ao lermos com mais atenção o referido artigo veremos que na verdade é ele que veda esta possibilidade em seu parágrafo 4º inciso IV ao dizer que, § 4º “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir”, IV “Os direitos e as garantias individuais”.

Sabemos que os direitos e garantias individuais vêm previstos no título III capítulo I da Constituição da República em seu art. 5º, porém hoje é pacífico o entendimento que estes direitos e garantias não se limitam somente aos previstos no referido artigo existindo outros espalhados pelo texto constitucional.

Em sentido contrário a este posicionamento leciona o penalista Rogério Greco (Código Penal Comentado, 2012 p. 86):

Apesar da inserção no texto de nossa Constituição Federal referente à maioria penal, tal fato não impede, caso haja vontade política para tanto, de ser levada a efeito sua redução, uma vez que o mencionado art. 228 não se encontra entre aqueles considerados irreformáveis, uma vez que não se amolda ao rol das cláusulas § 4º do art. 60 da Carta Magna.

Seguindo o posicionamento anterior ensina-nos o constitucionalista Luiz Roberto Barroso (Curso de Direito Constitucional Contemporâneo, 2013 p. 199/200):

[...] Pelo próprio Supremo Tribunal Federal. Em decisão que se tornou histórica [...] o Tribunal adotou posição ousada e louvada: a de que existem direitos protegidos pela cláusula do inciso IV do §4º do art. 60 que não se encontram expressos no elenco do art. 5º inclusive notadamente por força de seu §2º.

Partilhamos deste posicionamento, que existem outros direitos individuais previstos fora do rol elencado no art. 5º da Constituição Federal. A imputabilidade penal somente aos 18 anos é um direito individual da criança e do adolescente e como existe na Carta da República um capítulo próprio para falar sobre estes, nada mais coerente do que direito individual em estudo lá vir previsto.

Dito tudo isto ainda nos vemos na obrigação de declarar que a redução da maioria penal não violaria somente uma cláusula pétrea, mas parâmetros internacionais de direitos humanos cujo Brasil se comprometeu a cumprir, como é o caso da Convenção sobre os Direitos da Criança ratificada pelo Brasil em 1990, que entre outras coisas prevê a excepcionalidade e a brevidade das medidas privativas de liberdade aplicáveis aos adolescentes.

Devemos agora nos lembrar do art. 5º, §2º determina que os direitos e garantias presentes nos tratados internacionais nos quais a República Federativa do Brasil faça parte se somam aos já previstos no Magno Texto Republicano.

Com toda esta explanação aqui feita, nos parece mais do que vencido o argumento da constitucionalidade da redução da maioria penal

A SOLUÇÃO PARA A CRIMINALIDADE INFANTIL

Ao nosso entendimento a solução para a criminalidade infantil é simples, mas deve passar por um processo complexo e longo; qual seria? A Educação.

O art. 205 da Constituição da República assegura em seu caput. “A Educação é direito de todos e dever do Estado...”.

Mesmo com a determinação do referido artigo nosso país ainda possui quase 3,5 milhões de jovens e crianças fora da escola, e os que lá estão nem muito tem o que comemorar, visto que o ensino na maioria das vezes está longe de ser o ideal

Uma recente pesquisa do CNJ revelou que a grande maioria dos jovens infratores comete seu primeiro ato infracional aos 15 anos de idade, e que deste, mais da metade abandonaram a escola aos 14 anos, sendo que ainda 90% não concluem sequer o ensino fundamental.

Em contra ponto aos dados da pesquisa o art. 206, inciso I da Carta Magna assegura: “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Para mudar este panorama se faz necessário um maciço investimento em educação por parte do Estado indo da infra-estrutura das escolas até a capacitação adequada de professores, criando instituições de ensino em tempo integral, ampliando o numero de projetos educativos, incentivando a pesquisa por parte dos alunos, melhorando as condições de trabalho dos professores e sobre tudo auxiliá-los no aprimoramento da didática de ensino, já que na maioria das escolas públicas esta se resume a utilização de questionários e resumos de textos.

Se isso fosse feito o ambiente de ensino se transformaria e um local agradável e prazeroso, fazendo com que os adolescentes não se sentissem tentados a abandoná-lo para entregar-se ao mundo do crime.

É claro que não veremos os frutos dessas medidas amanhã tão pouco, semana que vêm, mas a criminalidade infantil no Brasil também não se alastrou em um dia ou em uma semana. Não existe solução rápida e fácil para um problema grave e complexo.

CONCLUSÕES

Após termos vencido todos os estudos que a proposta do artigo havia feito, nos vemos no momento de apresentar nossas conclusões acerca do tema.

Em primeiro lugar devemos sempre lembrar que a maioria penal sempre foi e sempre será um tema conturbado, apresentado muitas vezes de uma forma parcial a sociedade para atender somente aos interesses dos poderosos e dos meios de comunicação, já que isso nem de longe é difícil, visto que infelizmente ainda vivemos em um país de maioria iletrada.

Diante de tudo que aqui foi exposto não vemos outro caminho senão optarmos pelo posicionamento que nos parece mais correto e coerente, a maioria penal aos 18 anos é uma cláusula pétrea de nossa Carta Magna, portanto não é passível de ser alterada pelo poder constituinte derivado, ou seja, somente a convocação de uma nova Assembléia Nacional Constituinte poderia mudar isso, o que em nosso entendimento não seria aceitável para solucionar o problema da criminalidade infanto-juvenil.

Como já dito acima voltamos a insistir no fato de que a solução para este problema encontra-se em uma educação de qualidade e acima de tudo acessível a todos os jovens de nosso país, quando o indivíduo deixar de se sentir abandonado pelo Estado e rejeitado pela sociedade passará a ver seu futuro de uma forma positiva e dificilmente se deixará levar pelo crime.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BARROSO, R. L. Limites Materiais. In BARROSO, R. L. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 182-205.

GRECO, R. Imputabilidade Penal. In GRECO, R Código Penal Comentado. Niterói, RJ: Impetus, 2012. p. 86.

Morais, A. Direitos e Garantias Individuais. In: Moraes, A. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2012. p. 30-41.

Morais, A. Direitos e Garantias Individuais. In: Moraes, A. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2012. p. 30-41.

AB. DYEGO Inconstitucionalidade na Redução da Maioridade Penal. São Paulo. JusBrasil. Disponível em: <http://dyshow.jusbrasil.com.br/artigos/111812596/inconstitucionalidade-na-reducao-da-maioridade-penal>. Acesso em: 02.04.2014.

CURY. M. Reduzir a Maioridade Penal Não É A Solução. São Paulo. RT. Vol./2013. Disponível em: <http://www.revistadoatribunais.com.br/maf/app/resultList/document?src=docnav&ao=&fromren>

d=&srguid=i0ad8181500000144372d0458aae08ded&epos=12&spos=12&page=0&td=13&savedSearch=&searchFrom=&context=7. Acesso em: 15.02.2014.